

# PUBLICIDADE LEGAL

### FERRAGENS VIANNA S.A. – IMPORTADORA E COMÉRCIO EM GERAL

CNPJ 92.192.236/0001-95  
NIRE 43.300.016.901  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**Assembleia Geral Ordinária**  
Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 17:15 horas, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.  
Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2025.  
A Diretoria  
Augusto Lauro de Oliveira Júnior  
Luciano Adures de Oliveira  
Sérgio Martins de Oliveira

### PEROLI S.A. PARTICIPAÇÕES

CNPJ 01.093.994/0001-09  
NIRE 43.300.034.381  
**Assembleia Geral Ordinária**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 17:00 horas, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.  
Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2025.  
A Diretoria  
Augusto Lauro de Oliveira Júnior  
Luciano Adures de Oliveira  
Sérgio Martins de Oliveira

### REAL EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ 92.213.552/0001-04  
NIRE 43.300.011.420  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**Assembleia Geral Ordinária**  
Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 15:00 horas, na sede social, situada na cidade Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores. Porto Alegre/RS, 15 de abril de 2025. **Augusto Lauro de Oliveira Júnior – Presidente do Conselho de Administração**

### Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A

CGCMF nº 03.146.349/0001-24  
**CONVOCAÇÃO**  
Convidamos os Senhores Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e em Assembleia Geral Extraordinária, que serão realizadas no dia 30 de abril de 2025, às 10 horas, na Rua Fúrril Luiz Antônio Vargas, 250 – Conjunto 1304, Porto Alegre, RS, para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I. Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciação das Demonstrações Financeiras e Relatórios de Administração da Companhia, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2024; (ii) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício. **II. Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Fixação do montante de recursos destinados à remuneração dos administradores; (ii) Recondução/eleição de membros do CA;  
Porto Alegre, 11 de abril de 2025.  
Guido Rogério Macedo Silveira Filho  
Presidente do Conselho de Administração

### Paludo Participações S.A.

CNPJ/MF 93.169.340/0001-21 - NIRE 43 3 0003125 0. **Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação.** Convidamos os acionistas da Paludo Participações S.A. para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (a "AGO"), que se realizará às 14 horas do dia 30 de abril de 2025, sob a forma exclusivamente digital e remota, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei 6.404/1976 e do disposto na Instrução Normativa DREI nº 81/2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia, a saber: a) discutir, examinar e votar as contas da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e c) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, fixar o prazo de gestão e a verba anual de remuneração. **Informações Gerais:** 1. Documentos à disposição dos acionistas. Os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados na AGO encontram-se disponíveis aos acionistas (i) na sede social da Companhia, (ii) bem como nas versões digitais e impressas do Jornal do Comércio, conforme a edição do dia 31 de março de 2025, nas páginas 11-14 da versão digital e na página 3 da versão impressa. 2. Participação dos acionistas na AGO. Os acionistas, por meio de seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, participarão e votarão virtualmente na AGO, com a câmera do seu dispositivo eletrônico ativada e acionada durante todo o curso da AGO. Para participarem virtualmente da AGO por meio da Plataforma Digital, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico camilla.oliveira@vival.com.br, até às 14 horas do dia 25 de abril de 2025. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação e e-mail para contato do acionista e de seu representante legal ou, se for o caso, de seu procurador constituído que comparecerá à AGO, incluindo os documentos necessários para a sua participação, conforme discriminados no item 3 abaixo. Visando à segurança da AGO, o acesso à Plataforma Digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem no prazo previsto (isto é, até às 14 horas do dia 25 de abril de 2025). Dessa forma, caso os acionistas não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido, não será possível que a Companhia garanta a participação de tais acionistas remotamente na AGO. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, será enviado para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGO com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às 14 horas do dia 29 de abril de 2025), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail camilla.oliveira@vival.com.br ou telefone (51) 32053555, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. 3. Documentação necessária à participação do acionista. Solicita-se aos acionistas que seus representantes legais compareçam à AGO munidos da documentação societária comprobatória dos poderes de representação e, para aqueles que desejam ser representados por seus respectivos procuradores que observem o disposto no §1º do art. 126 da Lei 6.404/76. Caso o acionista seja representado por seus representantes legais, apresentar: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado e registrado perante a Junta Comercial; (ii) ato que comprove a eleição e os poderes do representante legal; (iii) documento de identidade com foto do representante legal (RG, CPF, Passaporte). Caso o acionista seja representado por procurador, apresentar instrumento de mandato cujo procurador tenha sido constituído há menos de um ano, devendo ser um acionista, administrador da Companhia ou advogado. 4. Informações adicionais. A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio da Plataforma Digital. Recomendamos que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Digital (por vídeo e áudio). Em caso de qualquer dúvida com relação aos procedimentos da AGO, entrar em contato por meio do endereço eletrônico camilla.oliveira@vival.com.br. Porto Alegre, RS, 15 de abril de 2025. **Arturo Paludo** - Presidente do Conselho de Administração.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DO CIPÓ

**Pregão Eletrônico nº 19/2025.** Objeto: Registro de Preços para aquisição de plantas para paisagismo. Data de abertura dia 06/05/2025 às 09:00 horas através do site [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br). **Pregão Eletrônico nº 20/2025.** Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de construção. Data de abertura dia 07/05/2025 às 09:00 horas através do site [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br). **Pregão Eletrônico nº 21/2025.** Objeto: Aquisição de um veículo de 07 lugares. Data de abertura dia 05/05/2025 às 09:00 horas através do site [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br). Editais disponíveis em [www.capaodocipo.rs.gov.br](http://www.capaodocipo.rs.gov.br). Adair Fracaro Cardoso-Prefeito de Capão do Cipó.

### TRAMONTINA FARROUPILHA S. A., IND. METAL.

CNPJ 87.834.883/0001-13 – NIRE 43300011607 – Farroupilha – RS  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO**  
Convidamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 24 de abril de 2025, às 10h00min, na sede social da Companhia, na Rodovia ERS 122, Km 61, Distrito Industrial, Farroupilha, RS, CEP 95178-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** **I-EM AGO:** 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024; 2. Destinar o resultado do exercício social de 2024; 3. Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; 4. Eleger os membros do Conselho de Administração; e 5. Eleger os membros do Conselho Fiscal. **II-EM AGE:** 1. Atualização do objeto social da Companhia, incluindo novas atividades; e 2. Correspondente alteração estatutária. Farroupilha, 09 de abril de 2025. **Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.**

### TRAMONTINA ELETRIK S. A.

CNPJ nº 88.674.080/0001-01 – NIRE: 43300025225 – Carlos Barbosa – RS.  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO**  
Convidamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 24 de abril de 2025, às 14h00min (quatorze horas), na sede social da Companhia localizada na Rodovia BR-470/RS, Km 230, s/n, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. Destinar o resultado do exercício social de 2024; 3. Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; 4. Eleger os membros do Conselho de Administração; 5. Eleger os membros do Conselho Fiscal. Carlos Barbosa, RS, em 09 de abril de 2025. – **Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração**

### MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL

**EXTRATO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 003/2025**  
O Prefeito de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, torna público aos interessados que será realizada licitação, modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL (do tipo menor preço global), para a execução da obra de pavimentação em CBUQ, em vias públicas locais, com abertura dos envelopes de proposta de preço e documentos de habilitação, no dia 13 de maio do ano em curso, às 15:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura. Maiores informações e cópia do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal de Itatiba do Sul no horário de expediente ou pelo telefone (54) 35281170.  
Itatiba do Sul/RS, 15 de abril de 2025.

Valdemar Cibulski  
Prefeito Municipal.

### TRAMONTINA GARIBALDI S. A., IND. METAL.

CNPJ. Nº 90.049.792/0001-81 – NIRE: 43300011658 – Garibaldi – RS.  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO**  
Convidamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 23 de abril de 2025, às 10h00min (dez horas), na sede social da Companhia localizada na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS, CEP 95720-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. Destinar o resultado do exercício social de 2024; 3. Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; e 4) Eleger os membros do Conselho de Administração.  
Garibaldi, em 09 de abril de 2025.  
**Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração**

### SESCON-RS – SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ACESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Na forma prevista no art. 22, VIII, do estatuto social, convoco os representantes das empresas associadas em situação regular com o sindicato para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia **28 de abril de 2025**, na sede do sindicato, localizada na Rua Augusto Severo, 168, Porto Alegre/RS, sendo às 17h em primeira convocação e às 17h15min em segunda convocação, para tratar da seguinte ordem do dia: na forma do artigo 15, inciso I, do Estatuto Social, Análise e Votação da Prestação de Contas do Exercício Findo em 31/12/2024. Porto Alegre, 16 de abril de 2025.  
**PAULA DAHMER REIS – Presidente**

### MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL

**EXTRATO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 002/2025**  
O Prefeito de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, torna público aos interessados que será realizada licitação, modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL (do tipo menor preço global), para a execução da obra de reconstrução de cabeceira de ponte, com abertura dos envelopes de proposta de preço e documentos de habilitação, no dia 13 de maio do ano em curso, às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura. Maiores informações e cópia do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal de Itatiba do Sul no horário de expediente ou pelo telefone (54) 35281170.  
Itatiba do Sul/RS, 15 de abril de 2025.

Valdemar Cibulski  
Prefeito Municipal.

### MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL

**EXTRATO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 004/2025**  
O Prefeito de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, torna público aos interessados que será realizada licitação, modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL (do tipo menor preço global), para a execução da obra de pavimentação em CBUQ, em vias públicas locais, com abertura dos envelopes de proposta de preço e documentos de habilitação, no dia 13 de maio do ano em curso, às 15:40 horas, na sala de licitações da Prefeitura. Maiores informações e cópia do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal de Itatiba do Sul no horário de expediente ou pelo telefone (54) 35281170.  
Itatiba do Sul/RS, 15 de abril de 2025.

Valdemar Cibulski  
Prefeito Municipal.

**bradesco** **EDITAL DE LEILÃO "LEILÃO ON-LINE"** MILAN LEILÕES LEILAOEQUERON OFICIAIS

**1º LEILÃO: 05/05/2025 Às 15h. - 2º LEILÃO: 07/05/2025 Às 15h.**

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Bradesco Administradora de Consórcios LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 52.568.821/0001-22, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: **ESTEIO – RS. BAIRRO LIBERDADE.** Av. Érico Veríssimo, nº 268, (Lt 06 da Qd D). Casa. Áreas Totais. Terr. 217,93m² e constr. 114,50m². Matr. 31.535 do 1º RI Local. Obs.: Ocupada. (AF) 1º Leilão: 05/05/2025, às 15h. **Lance mínimo: R\$ 597.627,18** e 2º Leilão: 07/05/2025, às 15h. **Lance mínimo: R\$ 175.800,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fidejussante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: [www.bradesco.com.br](http://www.bradesco.com.br) e [www.milanleiloes.com.br](http://www.milanleiloes.com.br)

Inf: Tel.: (11) 3336-6684 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 266 Consultar edital completo e detalhado no site - [www.milanleiloes.com.br](http://www.milanleiloes.com.br)

### Poder Judiciário

**Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**  
**2ª Vara Cível da Comarca de Bento Gonçalves**  
Av. Presidente Costa e Silva, 315 - Bairro: Planalto - CEP: 95703260 - Fone: (54)3022-9837 - Email: frbentgonc2vciv@tjrs.jus.br  
**USUCAPÍO Nº 5005501-67.2023.8.21.0005/RS AUTOR:** LUCIA SUZANA SCHEUER BALDESSARELLI **AUTOR:** ALCINO AURINO BALDESSARELLI **RÉU:** REMIGIO PEDRO BALDESSARELLI (SUCESSÃO) **RÉU:** LUCIA LAURENTIS BALDISSARELLI (SUCESSÃO) **Local:** Bento Gonçalves **Data:** 18/10/2024  
**EDITAL Nº 10070144365**  
**EDITAL DE CITAÇÃO Prazo do Edital:** 20 (VINTE) DIAS **Objeto:** CITAÇÃO  
**Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Bento Gonçalves.** CITAÇÃO de interessados, ausentes, incertos e desconhecidos para oferecer contestação no processo acima referido, no PRAZO de 15 (QUINZE) DIAS, contados do término do prazo do presente edital, que fluirá da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira. Não havendo contestação, serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. **Objeto:** DECLARAÇÃO de domínio sobre o imóvel a seguir descrito: "UMA CASA DE ALVENARIA, com suas instalações e benfeitorias, que se acham construídas sobre a FRAÇÃO DE TERRAS RURAIS, com área superficial de 889,95m2 (oitocentos e oitenta e nove metros e noventa e cinco decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: partindo do V1 (E45- M-0001), com as coordenadas: Latitudes=29°10'37.313" e Longitudes=51°34'23.584", no sentido norte-sul, face leste, numa extensão de (20,00m), confrontando nesta face com terras de Remigio Pedro Baldassarrelli, até V2 (E45-M0002), partindo desse ponto na direção leste-oeste, face sul, na extensão de (51,07m) confrontando-se com terras de Remigio Pedro Baldassarrelli até encontrar o V3 (E45-M0003), partindo deste ponto na direção sul-norte, face oeste, na extensão de (20,13m) confrontando-se com terras de Alcino Aurino Baldassarrelli, até encontrar o V4 (E45-M-0004), partindo deste ponto na direção oeste-leste, face norte, na extensão de (52,49m) confrontando-se com terras de Espólio de Alcino Aurino Baldassarrelli CPF: 029.422.0800-15 e Lucía Suzana Scheuer Baldassarrelli CPF: 730.434.240-88, até encontrar o V4, fechando a poligonal", tudo nos termos do memorial descritivo georreferenciado, levantamento topográfico planimétrico georreferenciado e RRT, firmados por Responsável Técnico, Sr. José D. O. Rodrigues – CAU/RS A15772-4, em anexo (doc. 05-A e 05-B). A fração de terras rurais descrita e caracterizada é destacada de um todo maior que tem origem na matrícula nº 32.166, do Livro nº 2, do Registro de Imóveis de Bento Gonçalves – RS. Bento Gonçalves, 18 de Outubro de 2024. SERVIDOR(A): CLAUDINE DE ALMEIDA WIEDERKEHR. JUIZ: ROMANI TEREZINHA BORTOLAS DALCIN.

### banrisul consórcio

### BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

CNPJ/MF nº 92.692.979/0001-24  
NIRE 43300013651  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas dia 24 de abril de 2025, às 14 horas, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar, em Porto Alegre – RS, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:  
**EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art.196, da Lei nº 6.404/76; 4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal; 5. Eleger os membros do Conselho de Administração; e 6. Eleger os membros do Conselho Fiscal efetivos e respectivos suplentes.  
**EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
1. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, no seguinte sentido: i) Incluir novo §1º no art. 10, para inserir previsão da participação de representante do Banco no Conselho de Administração, em observância às disposições do art. 107, do Estatuto Social do Banrisul; (ii) Renumerar o §1º para §2º; o §2º para §3º; o §3º para §4º; o §4º para §5º; o §5º para §6º; e o §6º para §7º do art. 10; (iii) Ajuste redacional de acordo com o novo §1º do artigo 18; e (iv) Inserir o novo § 1º, referente à designação das atribuições da Diretoria, em consonância com as disposições do art. 142, II, da Lei 6404/76, e do art. 14, alínea "b", do Estatuto Social. 2. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações referidas no item "1" acima.  
Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos das Assembleias, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia, na Rua Caldas Júnior, nº 108 - 4º andar – Unidade de Governança Corporativa, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização das Assembleias Gerais. Os documentos relativos aos itens das Ordens do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Banrisul S/A Administradora de Consórcios.  
Porto Alegre, 15 de abril de 2025.  
Fernando Postal  
Presidente do Conselho de Administração



Procuradoria Regional da República 4ª Região

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico 90001/2025

Nº do Processo: 1.04.000.000229/2024-25. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos continuados de manutenção predial preventiva e corretiva...

Porto Alegre, 14 de abril de 2025. ALEXANDRE MOTA KOBE Agente de Contratação - PRR4

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 001/2025. Objeto: "Contratação de Empresa Especializada para Empreitada Global para Reforma e Modernização da Quadra de Esportes no Município de Colorado/RS..."

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2025: Aquisição de larvívica biológica. ABERTURA: 02.05.2025. HORÁRIO: 08 horas. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025: Contratação de empresa(s) para abastecimento de veículos públicos...

COOPERATIVA DE GERAÇÃO COMPARTILHADA - COGECOM CNPJ 28.307.135/0001-13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA O Diretor Presidente da COOPERATIVA DE GERAÇÃO COMPARTILHADA - COGECOM, CNPJ 28.307.135/0001-13, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social...

MUNICÍPIO DE GUABIJU/RS

Pregão Presencial nº 13/2025. Registro de Preços aquisição brita graduada. Julgamento 05/05/2025, às 9:00hs, Rua José Bonifácio, 816, Centro, Guabiju/RS...

TERMOLAR S/A

CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 433 00002942 Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Convocação. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária...

MUNICÍPIO DE VALE REAL

RETIFICAÇÃO O Município de Vale Real comunica que foi RETIFICADO o Edital 010/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 004/2025 - contratação de serviços de ensino de danças e música...

SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A.

CNPJ 13.046.954/0001-87

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas...

Relatório da Administração

SLC LandCo Empreendimentos Agrícolas S/A, em conformidade com suas obrigações legais e compromisso com a transparência, apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício fiscal de 2024, destacando os principais resultados operacionais e financeiros da empresa...

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Table with columns for Ativo Circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo Circulante, Não circulante, Total do passivo, and Patrimônio líquido. Rows include Caixa, Obrigações fiscais, Capital social, etc.

Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Table with columns for Receita operacional líquida, Custos com arrendamento, Resultado bruto, Receitas (despesas) operacionais, Despesas gerais e administrativas, Resultado operacional, Resultado financeiro, Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Table with columns for Saldo em 01 de janeiro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 01 de janeiro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2024. Rows include Lucro líquido do exercício, Distribuição de dividendos, Realização custo atribuído propriedade para investimento, Constituição de Reserva, etc.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Contexto operacional: A SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Avenida Doutor Nilo Peçanha, 2900/301, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul...

consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do Grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável...

Demonstrações de Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Table with columns for Lucro líquido do exercício, Resultados abrangentes para o exercício. Rows include Lucro líquido do exercício, Resultados abrangentes para o exercício.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Table with columns for Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades operacionais, Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento, Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos, Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa - no final do exercício, Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa.

valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. Custo Amortizado: Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis...

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas

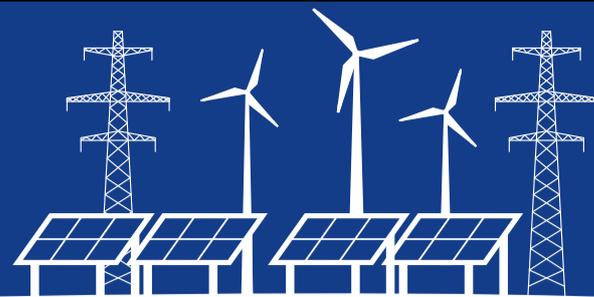
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 07 de abril de 2025, sem modificações. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 07 de abril de 2025.



# Companhia Estatal de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D

CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

www.equatorialenergia.com.br



**Demonstrações contábeis resumidas:** As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas, conforme parecer de orientação da CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações contábeis completas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • <https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/divulgacao-e-resultados/central-de-resultados/ceee-d/>; • <https://www.b3.com.br/pt-br/>; • <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?codigoCVM=20648>; • <https://www.jornaldocomercio.com/jornal-cidades>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 26 de março de 2025, sem modificações na opinião, pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	83.929	464.985
Aplicações financeiras	801.916	855.204
Contas a receber de clientes	1.041.486	970.078
Impostos e contribuições a recuperar	244.682	378.494
Outros ativos circulantes	378.874	394.859
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.550.887</b>	<b>3.063.620</b>
Contas a receber de clientes	129.560	144.455
Impostos e contribuições a recuperar	326.816	341.793
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	189.404	-
Ativo financeiro da concessão	782.759	609.396
Intangível	2.611.285	2.188.714
Ativos de contrato	1.213.912	1.061.547
Outros créditos a receber	408.114	242.331
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>5.661.850</b>	<b>4.588.236</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>8.212.737</b>	<b>7.651.856</b>

	2024	2023
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	545.894	590.507
Fornecedores - risco sacado	40.916	32.853
Empréstimos e financiamentos	40.714	292.879
Debêntures	375.884	359.257
Impostos e contribuições a recolher	187.435	282.595
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	13.422	106.702
Provisão para riscos judiciais	390.829	407.326
Outros passivos circulantes	323.949	750.603
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.221.043</b>	<b>2.822.722</b>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	2.013.848	1.394.944
Debêntures	3.271.216	2.380.295
Impostos e contribuições a recolher	2.638.250	2.522.099
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	207.912
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	230.478	126.599
Provisão para riscos judiciais	496.023	490.842
Benefício pós-emprego	720.421	966.137
Outras contas a pagar	239.789	94.942
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>9.610.025</b>	<b>8.183.770</b>
<b>Passivo a descoberto</b>		
Capital social	3.385.861	3.385.861
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.074.793)	(1.249.712)
Reserva de capital	1.570	1.296
Prejuízos acumulados	(5.930.969)	(5.492.081)
<b>Total do passivo a descoberto</b>	<b>(3.618.331)</b>	<b>(3.354.636)</b>
<b>Total do passivo e passivo a descoberto</b>	<b>8.212.737</b>	<b>7.651.856</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Receita operacional líquida	5.339.988	4.792.835
Custos de energia elétrica, construção e operação	(4.289.719)	(3.763.634)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.050.269</b>	<b>1.029.201</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(316.680)</b>	<b>(132.087)</b>
Despesas com vendas	(192.566)	(389.367)
Despesas gerais e administrativas	(115.756)	(33.779)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(140.603)	(168.481)
Outras despesas operacionais, líquidas	(765.605)	(723.714)
<b>Total de despesas operacionais</b>	<b>(284.664)</b>	<b>(305.487)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro</b>	<b>(772.541)</b>	<b>(1.029.201)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(487.877)</b>	<b>(451.559)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(438.888)</b>	<b>(451.559)</b>
<b>Impostos sobre o lucro</b>	<b>48.989</b>	<b>-</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(438.888)</b>	<b>(451.559)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(438.888)	(451.559)
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa e benefícios pós-emprego	174.919	(158.994)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	174.919	(158.994)
<b>Total resultados abrangentes</b>	<b>(174.919)</b>	<b>(610.553)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(601.987)	(197.305)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(735.494)	(912.427)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	956.425	1.159.609
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(381.056)</b>	<b>49.877</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	464.985	415.108
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	83.929	464.985
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(381.056)</b>	<b>49.877</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	3.385.861	722	(1.090.718)	(5.040.522)	(2.744.657)
Valor justo das opções de compra - vesting period	-	574	-	-	574
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	-	-	(173.099)	-	(173.099)
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	14.105	-	14.105
<b>Prejuízo do exercício</b>	-	-	-	(451.559)	(451.559)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	3.385.861	1.296	(1.249.712)	(5.492.081)	(3.354.636)
Valor justo das opções de compra - vesting period	-	274	-	-	274
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes (benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)	-	-	264.057	-	264.057
Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	-	-	(89.138)	-	(89.138)
<b>Prejuízo do exercício</b>	-	-	-	(438.888)	(438.888)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	3.385.861	1.570	(1.074.793)	(5.930.969)	(3.618.331)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D (Companhia ou CEEE-D), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Clovis Paim Grivot 11, Bairro Humaitá, cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos S.A. (Equatorial Participações), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na sua área de concessão legal que abrange 72 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, cobrindo uma área de 87.101 km²(\*), atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 1.957.519 (\*) consumidores, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3), sob os códigos de negociação CEED3 e CEED4. Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 081/1999 (Contrato de Concessão), assinado em 25 de outubro de 1999, celebrado entre a ANEEL e a Companhia, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo, de 09 de dezembro de 2015, prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, 30 anos, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro, e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015. O 5º Termo Aditivo, de 25 de agosto de 2021, formalizou a transferência de controle societário da CEEE-D para a Equatorial Participações e Investimentos S.A. (\*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **1.1. Continuidade operacional:** Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido no valor de R\$ 329.844 (R\$ 240.898 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia salienta que tanto as ações de cobrança quanto o processo de faturamento voltaram a normalidade a partir de agosto de 2024 e, que os impactos decorrentes do evento climático extremo em maio de 2024 e outros eventos climáticos ocorridos durante os exercícios de 2023 e 2024 não comprometeram sua continuidade operacional. Adicionalmente, em 2024 foram realizadas captações para alongamento da dívida nas ordens de R\$ 400.000, referente a empréstimos e financiamentos e de R\$ 500.000, referente a emissão de Debêntures, trazendo maior fôlego para o caixa da Companhia. A Companhia, apresenta resultado antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro positivo desde a entrada do novo acionista controlador em 2021, devido a melhoria dos indicadores de perdas, significativa redução das despesas operacionais, aumento da tarifa e do volume de energia faturada (8.480 GWh em 2024 e 8.277 GWh em 2023). Em 31 de dezembro de 2024 o referido resultado foi de R\$ 284.664 (R\$ 305.487 em 31 de dezembro de 2023). No entanto, a Companhia vem apresentando geração de caixa operacional negativo de R\$ 601.989 e prejuízo de R\$ 438.888 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 197.305 e R\$ 451.559, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). Com objetivo de fortalecer seus fluxos de caixa operacionais e seus resultados, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes: (i) Fortalecimento das ações de cobrança; (ii) Alongamento da dívida mediante captação de recursos em instituições financeiras de primeira linha, a custo de mercado e aval da Equatorial S.A., para liquidação dos empréstimos e debêntures classificadas no curto prazo. As novas captações, além do prazo, tiveram como objetivo garantir o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia; (iii) Expansão e diversificação das ações de combate ao furto de energia com manutenção de 205 equipes de combate as perdas em 2024 (230 equipes em 2023), além da expansão do número de ligações em Sistema de Medição Centralizada (SMC); e (iv) Adoção de maior rigor e disciplina na gestão de despesas por meio de novos comitês implantados pela Equatorial S.A. na assunção do controle. A Administração acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu novo controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro. **1.2. Evento climático de maio de 2024:** Entre o final de abril e o início de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou um evento climático extremo de chuvas fortes e persistentes que causaram alagamentos e enchentes em diversas regiões. Foram afetados 469 municípios no Estado e dos 72 municípios atendidos pela Companhia, 51 foram afetados, com 226 mil clientes interrompidos no pico do evento. Em função do evento climático, aproximadamente 1.290 unidades consumidoras deixaram de existir, o que representa 0,07% do total de UCs atendidas pela Companhia. Como consequência do evento climático, a Companhia reconheceu um impacto líquido de R\$ 27.263 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referente a provisões reconhecidas devido a perdas de estoques, baixa de ativos, além de despesas relacionadas a ações comerciais e outros gastos diversos. A Companhia está em fase de regulação dos valores mais significativos junto às seguradoras, ainda sem previsão de recebimento, considerando que ainda está em andamento as inspeções dos materiais sinistrados e análise da documentação apresentada, com base em suas apólices de risco operacional e de responsabilidade civil. Importante ressaltar que as apólices cobrem de forma integral todos os sinistros identificados, restando apenas a avaliação do valor definitivo a ser recebido. Até o momento, a Companhia registrou R\$ 4.500 referente aos adiantamentos recebidos e/ou aprovados pela seguradora. Em razão do processo de avaliação do sinistro ainda estar em andamento, permanecem em discussão os demais pleitos a serem reconhecidos pela seguradora. A ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 1.092 de 14 de maio de 2024, contendo a flexibilização das regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica para enfrentamento da calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, considerando aspectos comerciais, econômico-financeiros e técnicos. As principais flexibilizações comerciais e financeiras tiveram prazo de duração de 90 dias. Não existem impactos significativos entre esta data e a data de encerramento do exercício de 2024. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma consistente com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Companhia preparou as demonstrações contábeis partindo do pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações contábeis da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. **2.3. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores apresentados em Reais foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Receitas</b>	<b>7.510.188</b>	<b>6.783.629</b>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IMA)	(4.738.268)	(4.107.686)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.771.920</b>	<b>2.675.943</b>
Amortização	(158.280)	(148.866)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>2.613.640</b>	<b>2.527.077</b>
Valor adicionado recebido em transferência	789.309	480.306
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>3.402.949</b>	<b>3.007.383</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal	106.719	202.575
Impostos, taxas e contribuições	2.186.511	2.030.782
Remuneração de capitais de terceiros	1.548.607	1.225.585
Remuneração de capitais próprios	(438.888)	(451.559)
<b>Valor adicionado</b>	<b>3.402.949</b>	<b>3.007.383</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de uma hedge de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **2.4.1. Julgamentos e estimativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações. **3.1. Receita operacional:** **3.1.1 Reconhecimento de receita operacional:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de performance ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir: **(i) Receita de distribuição:** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. **(ii) Receita pela disponibilidade - uso da rede elétrica:** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livre e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(iii) Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **(iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizáveis:** A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquido. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.3. Ativo financeiro de concessão (ativo indenizável). **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **3.3. Ativo financeiro de concessão (ativo indenizável):** O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados a concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado, e • Parcela remanescente do ativo finan-

continua →

\* continuação

# COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D | CNPJ/MF nº 08.467.115/0001-00

(energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.6. Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros:** As tarifas de energia elétrica, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base em estimativa com receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício via ajuste de receita já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.7. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável que sim do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

**3.8. Instrumentos financeiros: 3.8.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.8.2. Classificação e mensuração subsequentes: (a) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um decasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para nego-

ciação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### (d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

**(e) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.8.3. Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.8.4. Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do hedge de fluxo de caixa, definido abaixo. **(a) Hedge de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de hedge, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge. **3.9. Redução ao valor recuperável (impairment): 3.9.1. Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados

do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que Companhia já reconhece estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.9.1.1. Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas:** A Companhia adota a prática de estimativa de PECLD, que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados. Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto à Alta Administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.10. Questões climáticas:** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são: • Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas; e • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa. **4. Assuntos regulatórios:** A Companhia destaca os seguintes temas regulatórios: • Bandeiras tarifárias: são um sistema de cores que indica o custo de geração de energia elétrica, e que está presente nas faturas de energia. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2024 e 2023.

	Cor da bandeira	
	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

Sobre contratação de energia: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 103,92% em 31 de dezembro de 2024 (106,91% em 31 de dezembro de 2023), dentro do limite de repasse às tarifas. • Reajuste Tarifário Anual (RTA) 2024: No ano de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.413 de 19 de novembro de 2024, foram reajustadas, em média, 4,67%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridores da distribuidora. • Encargos regulatórios: A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, por alíquotas básicas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE); Conta de desenvolvimento energético (CDE); Encargo de serviços do sistema (ESS); Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). • Margem Legal - Geração Distribuída: A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída. As regras aprovadas abrangem, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada nos dias 21 e 26 de março de 2025, por videoconferência, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutária (“Comitê”), do relatório do Comitê, do relatório da administração e as contas dos administradores, e a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., sem ressalvas, de 26 de março de 2025, concluiu, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e que opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia. Porto Alegre/RS, 21 e 26 de março de 2025. Saulo Tarso Alves de Lara; Vanderlei Dominguez da Rosa; Paulo Roberto Franceschi; Maria Salete Garcia Pereira e Thiago Wolf Pereira.

<b>Conselho de Administração</b> Augusto Miranda da Paz Júnior - Presidente Leonardo da Silva Lucas Távares de Lima - Vice-Presidente David Abdalla Pires Leal Marcos Antônio Souza de Almeida João Alberto da Silva Neto	<b>Conselho Fiscal</b> <i>Titulares</i> Saulo de Tarso Alves de Lara Paulo Roberto Franceschi Vanderlei Dominguez da Rosa Maria Salete Garcia Pinheiro <i>Suplentes</i> Thiago Wolf Pereira Moacir Gibur Claudia Luciana Ceccatto de Trota Ricardo Bertucci Dorgival Soares da Silva Rafael de Souza Morsch	<b>Comitê de Auditoria Estatutária</b> Tiago de Almeida Noel - Coordenador João Alberto da Silva Neto Jorge Roberto Manoel	<b>Diretoria Executiva</b> Ribeiro José Barbanera - Diretor Presidente Tatiana Queiroga Vasques - Diretora de Relações com Investidores Cristiano de Lima Logrado - Diretor Nierbeth Costa Brito - Diretor José Silva Sobral Neto - Diretor Marcos Antônio Souza de Almeida - Diretor André Luiz Barata Pessoa - Diretor Agnelo Coelho Neto - Diretor Maurício Alvares da Silva Veloso Ferreira - Diretor
--	---	---	--

Bruno Pinheiro Macedo Couto - Superintendente de Ativos e Contabilidade  
Contador CRC MA 011842-0-3 S-RS

### EDITAL DE CIÊNCIA DE DESAPROPRIAÇÃO Processo nº 5010937-05.2012.8.21.0001 Município de Porto Alegre/RS - 7ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central

Anuncia-se que, no processo de desapropriação movido pelo Município de Porto Alegre contra Roseli Delfino Rodrigues, Moacir Rodrigues e o espólio de Dalmácio Ricardo Vitt, foi ordenado o depósito da indenização pela expropriação do imóvel na Avenida Divisa, lotes 33 e 34 da quadra 10, conforme carta de adjudicação nº 10051513335, datada de 11/12/2023.

Conforme o artigo 34 do Decreto-Lei nº 3.365/1941, terceiros com créditos sobre o imóvel ou impedimentos ao recebimento da indenização têm 30 dias para apresentar impugnações na 7ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre. Após o prazo, será permitido o levantamento dos valores pelos expropriados.

\*Porto Alegre, 08 de abril de 2025.\*

### MUNICÍPIO DE PROTÁSIO ALVES

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2025

O Prefeito Municipal de PROTÁSIO ALVES - RS comunica a todos os interessados que no dia 08 de maio de 2025, às 08:30h estará recebendo as propostas para Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços educacionais para realização de **oficinas pedagógicas** nas seguintes áreas: **ORIGAMI E SOROBAN, LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ESCRITA CRIATIVA E ITALIANO**. Informações durante o horário de expediente pelo fone (54) 3276-1225 (54) 99923-1845 e cópia do edital no site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>; <https://pnpc.gov.br/app/editais>; <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> Protásio Alves, 15 de abril de 2025  
ITAMAR ANTÔNIO GIRARDI, PREFEITO

### SIMPALA LANÇADORA E ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ/MF 87.945.218/0001-05 - NIRE 43205388901

#### Reunião de Sócios - Convocação

Convocamos os Srs. sócios da empresa **Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.**, para reunião de Sócios que se realizará no dia 24 de Abril de 2025, às 16:00 horas em primeira chamada e às 16:30 horas em segunda chamada, na sede da sociedade na Av. Carlos Gomes, nº 222, conjunto 401, bairro Boa Vista, Porto Alegre, RS, CEP 90480-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovar o aumento de capital em R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) mediante emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) de quotas no valor nominal de R\$1,00 cada uma delas; 2) Aprovar o ingresso da nova sócia quotista Simpala S/A – Crédito, Financiamento e Investimento. Porto Alegre, 16 de abril de 2025. Glaucio Klug Vieira - Presidente.

### Prefeitura Municipal de Mormaço

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025

Extrato de processo gerado automaticamente pelo Portal de Compras Públicas. Objeto: Aquisição de adubo químico granulado NPK 05-20-20, em sacas de 50 kg, destinado à distribuição entre os agricultores familiares do município, Convênio FPE nº 1502/2022. Data início das propostas: 16/04/2025 - 08:00h. Data final das propostas: 30/04/2025 - 08:55min. Data de abertura das propostas: 30/04/2025 – 09:00h. Tipo de Julgamento: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. Processo exclusivo ME: Sim. Valor total do processo: R\$32.376,00. Informações: 08005543275 das 8:00 às 17:00hs, na Sec. Mun. da Fazenda, [www.mormacos.com.br](http://www.mormacos.com.br). Mormaço-RS, 16 de abril de 2025. Alexandre Antônio Vieira, Prefeito.

## Venda de veículos financiados cai em março, aponta B3

As vendas de veículos financiados no Brasil recuaram 2,3% no mês de março, na comparação com o fevereiro deste ano, segundo informações divulgadas ontem pela B3, a Bolsa de Valores de São Paulo. Em relação ao mesmo mês de 2024, a queda foi de 3,6%. Ao todo, foram fechadas vendas financiadas de 551 mil veículos neste ano, entre novos e usados. No segmento dos veículos leves, a redução foi de 4,4% na comparação com março do ano passado. Com relação a fevereiro, a diferença para menor foi de 3,8%. Já no setor de veículos pesados, o mês de março foi 6,7% menor que o mesmo mês de 2024, e 1,1% inferior ao fevereiro passado.



### MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS

#### AVISO DE LICITAÇÕES

Lic. 86/25. Pregão Eletrônico 48/2025. Obj. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de correntes e ganchos para a Secretaria de Transportes, conforme especificações constantes do termo de referência, (Anexo I deste edital). Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 05/05/2025, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

Lic. 87/25. Pregão Eletrônico 49/2025. Obj. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de camisetas para uniforme dos servidores da Secretaria de Assistência Social e para o Grupo de Coral ligado ao CRAS, conforme especificações constantes do termo de referência, (Anexo I deste edital). Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 06/05/2025, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

Lic. 88/2025. Inexigibilidade 30/2025. Obj. Contratação da empresa DPM, CNPJ: 13.021.017/0001-77, para fornecimento de capacitação ao servidor F.H da Secretaria Municipal de Administração, sobre “Aspectos Jurídicos para contratação de manutenção veicular; Licitação para aquisição de peças e mão de obra”. Valor R\$ 666,00. Base Legal: Art. 74 III “f” e art. 72 da Lei Federal 14.133/2021.

Editais e termo disponíveis na íntegra no site: [www.trespazos.rs.gov.br/licitações](http://www.trespazos.rs.gov.br/licitações) 2025. Informações Fone 55 3522 0403. Arieli Luis Tomazoni – Prefeito Municipal

Jornal do Comércio

### PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO  
PARA SER PUBLICADA

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER  
UM ORÇAMENTO E CONHECER  
MELHOR NOSSO PRODUTO.

WHATSAPP:  
(51) 3213-1342